

TABELA G – NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA

CARGOS	Nº DE VAGAS	REMUNERAÇÃO	QUALIFICAÇÃO	CARGA HORÁRIA DIÁRIA
Assistente Social	01	Vencimento do padrão VIII + produtividade	Curso Superior em Serviço Social e Registro profissional no Conselho da categoria	08 h
Farmacêutica	01	Vencimento do padrão VIII + produtividade	Curso Superior em Farmácia e Registro profissional no Conselho da categoria	08 h
Fisioterapeuta	01	Vencimento do padrão VIII + produtividade	Curso Superior em Fisioterapia e Registro profissional no Conselho da categoria	08 h
Nutricionista	01	Vencimento do padrão VIII + produtividade	Curso Superior em Nutrição e Registro profissional no Conselho da categoria	08 h
Psicóloga	01	Vencimento do padrão VIII + produtividade	Curso Superior em Psicologia e Registro profissional no Conselho da categoria	08 h

TABELA H – UNIDADE PRISIONAL FEMININO/MASCULINO

CARGOS	Nº DE VAGAS	REMUNERAÇÃO	QUALIFICAÇÃO	CARGA HORÁRIA DIÁRIA
Médico	01	Vencimento fixado por lei específica - padrão VIII (2x) + produtividade	Curso Superior em Medicina e Registro profissional no Conselho da categoria + produtividade	08 h
Enfermeiro	01	Vencimento do padrão VIII + produtividade	Curso Superior em Enfermagem e Registro profissional no Conselho da categoria + produtividade	08 h
Técnico de enfermagem	1	Vencimento do padrão VII + produtividade	Ensino Médio e Curso Técnico de Enfermagem e registro profissional no Conselho da categoria	08 h

TABELA I – CONSULTÓRIO NA RUA

CARGOS	Nº DE VAGAS	REMUNERAÇÃO	QUALIFICAÇÃO	CARGA HORÁRIA DIÁRIA
Agente Social	02	Conforme o vencimento do padrão VI	Ensino Médio	08 h
Assistente Social	01	Conforme o vencimento do padrão VIII	Curso Superior em Serviço Social e Registro profissional no Conselho da categoria	08 h
Auxiliar de administração	02	Conforme o vencimento do padrão II	Ensino Fundamental – prática em digitação	08 h
Enfermeiro	01	Conforme o vencimento do padrão VIII	Curso Superior em Enfermagem e Registro profissional no Conselho da categoria	08 h
Médico Clínico	01	Conforme o vencimento do padrão VIII	Curso Superior em Medicina e Registro profissional no Conselho da categoria	08 h
Motorista	01	Conforme o vencimento do padrão III	Ensino Fundamental – Carteira Nacional de Habilitação classe B	08 h
Auxiliar Saúde Bucal	01	Conforme o vencimento do padrão IV	Ensino Médio – registro no Conselho Regional de Odontologia	08 h
Psicóloga	01	Conforme o vencimento do padrão VIII	Curso Superior em Psicologia e Registro profissional no Conselho da categoria	08 h
Técnico de Enfermagem	01	Conforme o vencimento do padrão VII	Ensino Médio – Curso Técnico em Enfermagem e registro profissional no Conselho da categoria	08 h
Terapeuta Ocupacional	01	Conforme o vencimento do padrão VIII	Curso Superior em Terapia Ocupacional e Registro profissional no Conselho da categoria	08 h

LEI COMPLEMENTAR Nº 129, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

“Dispõe sobre o vencimento do cargo de médico do quadro de servidores do Município de Ponta Porã, previsto na Lei Complementar nº 122, de 12 de agosto de 2014.”

Autor: Poder Executivo

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Os cargos de médico, previstos na Tabela F, anexo I, da Lei Complementar nº 122, de 12 de agosto de 2014, com carga horária de 04 horas diárias, passam a vigorar com vencimento base de R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais).

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã-MS, 19 de dezembro de 2014.

Ludimar Godoy Novais
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº. 130, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

“Altera a Lei Complementar n.121, de 12 de agosto de 2014, que aprova o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ponta Porã e dispõe sobre seu Regime Jurídico e dá outras providências”.

Autor: Poder Executivo

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O artigo 38, §3º da Lei Complementar n. 121, de 12 de agosto de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 38 – Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, que inviabilizem a realização das atividades consideradas essenciais ao cargo originário, comprovada pela perícia médica oficial, e desde que a limitação ocorra após o ingresso no serviço público, mediante:[...]”

§3º - O servidor readaptado provisória ou definitivamente terá sua carreira suspensa, não concorrendo neste período para as progressões e ascensões funcionais, bem como para as evoluções de classe por tempo de serviço, atendido o Plano de Cargo e Carreira específico, circunstância em que ficará garantido ao servidor a retomada na carreira e suas vantagens, quando cessar a condição de readaptado.” (NR)

Art. 2º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã, 19 de dezembro de 2014.

Ludimar Godoy Novais
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 131, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014.

“Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº. 071 de 17 de dezembro de 2010, que Institui o Código Urbanístico do Município de Ponta Porã/MS e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, notadamente a Lei Orgânica do Município, encaminha para aprovação da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei Complementar:

Art. 1º. Fica acrescentado ao art. 250 da Lei Complementar n. 071 de 17 de dezembro de 2010, o inciso VIII, com a seguinte redação:

“VIII- documentos constitutivos e comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.”

Art. 2º. Fica acrescentado o Parágrafo Único ao art. 247 da Lei Complementar n. 071 de 17 de dezembro de 2010, com a seguinte redação:

“Parágrafo único. A atividade irregular de comércio, indústria e prestadores de serviços, assim entendido estabelecimento em atividade sem o competente alvará de funcionamento, fica sujeito a:

- I- Multa no valor correspondente a 85 (oitenta e cinco) UFPP, acrescida de 50% (cinquenta por cento) em caso de reincidência;
- II- Interdição do estabelecimento, nos termos do art. 481, III, deste Código, quando, após a constatação e notificação/autuação pela fiscalização, não tiver proceder à regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da ciência.

Art. 3º. Fica acrescentado o art. 446-A à Lei Complementar n. 071 de 17 de dezembro de 2010, com a seguinte redação:

“Art. 446-A. A constatação pela fiscalização municipal de que o proprietário do imóvel descumpriu a obrigação prevista no artigo anterior, será reduzida à termo, notificando o proprietário pessoalmente ou através de correspondência enviada ao endereço contido no cadastro do contribuinte.

§1º. O termo de constatação deverá conter, além da identificação do proprietário, a data, hora e o endereço do imóvel, e a descrição das condições e estado do imóvel quanto a existência de resíduos, entulhos, vegetação, e, sempre que possível, ser à ele anexadas imagens do local.